

MATERIAL ESTRUTURADO PARA ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS SURDOS-AUTISTAS A PARTIR DE INTERESSES RESTRITOS

*Dora Vieira da Costa
Viviane Lione*

Resumo: A alfabetização de alunos com necessidades educacionais especiais é um tema muito debatido e desafiador para os profissionais que atuam como mediadores no processo de aquisição da leitura e da escrita. Muitos métodos não favorecem o olhar sobre os gostos individuais e a realidade de vida aluno. Desta forma, este trabalho tem por objetivo apresentar um modelo de Material Estruturado para Alfabetização de Alunos Surdos-autistas a partir de preferências de interesse do aluno, baseado numa perspectiva visual de alfabetização. Visto que os alunos com estas necessidades educacionais específicas, aprendem melhor por meio de recursos visuais que possibilitem ampliar o repertório linguístico, social e cultural. O artigo apontará algumas considerações sobre a educação de surdos e características do Transtorno do Espectro Autista (TEA) de forma objetiva, procurando elucidar questões importantes que antecedem a preparação do material pedagógico individualizado, buscando favorecer a aprendizagem da leitura e da escrita com compreensão.

Palavras-chave: Material estruturado, Alfabetização, Surdo-autista, Interesses Restritos.

STRUCTURED MATERIAL FOR LITERACY OF DEAF-AUTISTIC STUDENTS FROM RESTRICTED INTERESTS

Abstract: The literacy of students with special educational needs is a very debated and challenging theme for professionals who acts as mediators in the process of acquiring reading and writing. Many methods do not favor the look on individual tastes and the reality of student life. Thus, this work aims to present a model of structured Material for Literacy of Deaf-autistic students from preferences of student interest, based on a visual perspective of literacy. Since students with these specific educational needs, they learn better through visual resources that make it possible to broaden the linguistic, social and cultural repertoire. The article will point out some considerations on the education of deaf and characteristics of autistic spectrum disorder (ASD) in an objective way, seeking to elucidate important issues that precede the preparation of individualized pedagogical material, Seeking to encourage learning of reading and writing with comprehension.

Keywords: Structured material, literacy, deaf-autistic, restricted interests.

MATERIAL ESTRUTURADO PARA LA ALFABETIZACIÓN DE ESTUDIANTES SORDOS-AUTISTAS DE INTERESES RESTRINGIDOS

Resumen: La alfabetización de los estudiantes con necesidades educativas especiales es un tema muy debatido y desafiante para los profesionales que actúan como mediadores en el proceso de adquisición de lectura y escritura. Muchos métodos no favorecen mirar los gustos individuales y la realidad de la vida estudiantil. Por lo tanto, este trabajo tiene como objetivo presentar un modelo de Material Estructurado para la Alfabetización de Estudiantes Sordos-autistas basado en preferencias de interés para el estudiante, basado en una perspectiva visual de la alfabetización. Desde los estudiantes con

estas necesidades educativas específicas aprenden mejor a través de recursos visuales que permiten ampliar el repertorio lingüístico, social y cultural. El artículo señalará algunas consideraciones sobre la educación de los sordos y las características del Trastorno del Espectro Autista (TEA) objetivamente, buscando esclarecer cuestiones importantes que preceden a la preparación de material pedagógico individualizado, buscando favorecer el aprendizaje de la lectura y la escritura con comprensión.

Palabras clave: Material estructurado, Alfabetización, Sordo-autista, Intereses restringidos.

Introdução

O ingresso de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) público alvo da Educação Especial nas instituições escolares, vem aumentando de forma considerável, isso se dá principalmente pela criação de Políticas Públicas que visam a garantia de direitos educacionais para todas as pessoas. A Declaração de Salamanca (1994) foi um marco histórico para que se reconhecesse e se respeitasse a diversidade encontrada em nossa sociedade, que se reflete na dinâmica escolar, principalmente por ser um documento que promulga o princípio de equidade, reconhecendo que a efetivação educação para todos, pressupõe não somente integração social, mas propiciar meios que faça com que a Pessoa com Deficiência (PCD) tenha autonomia para usufruir dos seus direitos como cidadão, inclusive o ingresso e permanência à educação formal. Assim, documento proclama que:

- cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem,
- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias,
- os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades,
- as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades,
- as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo (SALAMANCA, 1994).

As políticas públicas educacionais que visam propiciar práticas inclusivas e agregadoras ainda não são suficientes para garantia do sucesso da escolarização de alunos com NEE, visto que para incluir exige, além da capacitação profissional, ambiente adequado e sensibilização para práticas educativas individualizadas que respeitem as diversidades de saberes encontrados na escola.

Escolarizar um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar é desafiante, pois requer muita atenção, cuidado, ambiente adaptado e exige profissionais capacitados. Quando este aluno é surdo, é ainda mais complexo, pois muitos

não são estimulados a usarem a Libras, não adquirindo nenhuma língua que favoreça a comunicação e a interação social, áreas já comprometidas por conta do autismo.

Além disso, a própria formação de base do educador é insuficiente para lidar com as diferentes culturas e demandas cognitivas encontradas na escola. Sendo necessário constante capacitação profissional.

É fato que também esbarramos na falta de investimento e na precarização da escola pública, onde os profissionais da educação têm que lidar com as adversidades do dia-dia, como turmas superlotadas, falta de tempo para planejamento e reuniões pedagógicas, salários incompatíveis com a demanda e responsabilidade que é educar para o exercício da cidadania (SOUZA, 2012).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), segundo o DSM-Vⁱ, é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por: Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos e; padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. E pode ser apresentado em 3 níveis de gravidade conforme DSM-V. Onde o Nível 3, exige apoio muito substancial; o Nível 2, exige apoio substancial e; o Nível 1 Exige apoio.

Estudos comprovam que o número de crianças que nascem com o transtorno vem crescendo consideravelmente:

Um grande estudo publicado em 2014 pelo Center for Disease Control and Prevention (Centro de Controle e Prevenção de Doenças), órgão governamental americano, com sede em Atlanta que divulgou dados impressionantes acerca da incidência de autismo nos Estados Unidos, cerca de uma criança a cada 68 é portadora do transtorno do espectro autista que nascem com o Transtorno, estima-se que são de 1 para 68 nascimentos (TEIXEIRA, 2016).

No Brasil estima-se um número de até 2 milhões de casos de autismo e cerca da metade ainda não diagnosticadosⁱⁱ. São muitos estudos em torno do transtorno, que parece crescer cada dia mais. Este fato pode estar relacionado ao número de diagnósticos e de ter maior disseminação de informações sobre como identificar os sinais precocemente (ZANON; BAKES; BOSA, 2014).

Não se sabe ao certo quantos alunos surdos autistas estão matriculados em escolas, pois os estudos estatísticos os colocam como múltiplas deficiências (ROCHA, 2016). Nesse sentido, é importante saber que sobre a pessoa surda, o decreto 5626/2005 traz a seguinte redação:

...considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Na perspectiva bilíngue de educação para surdos, é necessário estimular a aquisição da sua língua natural, a Libras, para o desenvolvimento cognitivo e linguístico do sujeito surdo. Sobre a língua de sinais, Sacks (2005) discorre:

...as pessoas profundamente surdas não mostram inclinação inata para falar. Falar é uma habilidade que deve ser demonstrada a elas, e constitui um trabalho de anos. Por outro lado, elas demonstram uma inclinação imediata e acentuada para a língua de sinais que, sendo uma língua visual, é para essas pessoas totalmente acessível. (p. 43)

Existem casos de alunos surdos que possuem comprometimentos cognitivos ou sensoriais, como deficiência intelectual e o autismo, por exemplo. Tanto o autismo como a surdez devem ser diagnosticados o quanto antes para uma melhor intervenção, propiciando, então um o melhor desenvolvimento cognitivo e social do indivíduo.

Surdez, uma diferença linguística e não uma deficiência

Por muitos anos os surdos foram rotulados como incapazes de conviver em sociedade, assim como os considerados deficientes. A história da comunidade surda, é sinônimo de luta por direitos linguísticos, sociais e educacionais.

O surdo compreende o mundo a partir de uma perspectiva visual, sendo importante a aquisição de uma língua para interagir com o mundo e adquirir habilidades acadêmicas.

Para Vygotsky a linguagem é essencial para o desenvolvimento cognitivo e social do ser humano. No caso do sujeito surdo, a Língua de Sinais, na perspectiva de uma educação bilíngue, deve ser a sua primeira língua – língua natural - e a segunda, a língua majoritária (falada e escrita) do seu país na modalidade escrita. Esta premissa é defendida por diversos pesquisadores na área, que comprovam sua eficácia na aprendizagem (KELMAN, 2017; ROCHA, 2016).

Todavia, até que a lei de Libras (10436/2002) fosse regulamentada e reconhecida como o direito de expressão e comunicação do surdo no Brasil, esta comunidade passou por anos de sofrimento, vivendo à margem da sociedade. Hoje, pode-se afirmar que a luta pelo respeito à pessoa surda ratificou uma nova identidade: são surdos e não deficientes auditivos, pois utilizam a Libras como meio de comunicação. Eles possuem somente uma diferença linguística e devem ser reconhecidos como surdos. Portanto, é necessário que ele seja respeitado em sua língua identitária.

Comunicação é um marco fundamental para que o desenvolvimento humano aconteça. Sua limitação torna difícil a expressão de desejos, expectativas, dúvidas e todos os tipos de sentimentos e experiências dos quais nossas vidas estão impregnadas. A dificuldade de comunicação, presente na criança surda em um meio ouvinte, torna mais difícil o desenvolvimento do pensamento e outras funções mentais superiores. Daí o reconhecimento do papel que a língua de sinais tem na formação do pensamento e da cognição. Crianças surdas que fazem uso precário da língua portuguesa na versão escrita e desconhecem a língua portuguesa

falada têm mais dificuldade em compreenderem e negociarem os significados que estão inseridos no contexto cultural do qual participam. Esse ambiente, rico de significados, precisa ser interpretado (KELMAN, 2016).

Discursos são práticas sociais executadas com fins, quase sempre, de promover mudanças, e ratificar o direito linguístico dos falantes de outras línguas consideradas minoritárias, é necessário para diminuir coerções políticas quantitativas (SILVA; EVARISTO, 2017). Assim como a língua Portuguesa, Libras deve compartilhar todos os espaços, inclusive nas escolas para que a aprendizagem aconteça aos surdos.

O Material Estruturado

O material estruturado é confeccionado de forma personalizada para atender as necessidades pedagógicas de um educando para que este consiga adquirir as habilidades ou compreensão de determinados conteúdo ou atividades, visando respeitar as suas subjetividades cognitivas, motoras, sensoriais e sociais.

Para Walter (2013), as adaptações pedagógicas são extremamente importantes no processo inclusivo de alunos com autismo, no entanto, os professores devem também proporcionar um canal de comunicação dinâmico e funcional a todos os seus alunos. Neste sentido, a utilização recursos que aproximem os alunos aos professores, são essenciais para a escolarização de pessoas com TEA.

A alfabetização de um indivíduo com alguma deficiência ou transtorno é um tema debatido e preocupante para os profissionais que recebem estes alunos. As políticas públicas de inclusão ratificam o direito e garantia de uma educação de qualidade com equidade para todos e está, deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino. Mas não basta dizer e legislar, há de se criar condições viáveis para que isso de fato aconteça.

Como falado anteriormente, uma das características para o diagnóstico do TEA é o interesse restrito, desta forma, é estratégico utilizar-se desta característica para a produção de material pedagógico visando a aprendizagem desse alunado. No presente trabalho, o material foi confeccionado com a intenção de ampliar o repertório de leitura e escrita de alunos surdos-autistas, a partir de interesse restrito por cores e meios de transportes. O material produzido foi aplicado em clínica de atendimento psicopedagógico por uma das autoras do artigo, para ajudar na alfabetização de uma criança ouvinte, com TEA.

Um dos referenciais teóricos utilizados neste artigo, foi a dissertação de mestrado da Professora Gisele Nascimento (2014) que criou um Método de Alfabetização para Alunos com Autismo, o MAPA. Ela defende que técnicas da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) são facilitadoras no processo de alfabetização de alunos com autismo. Refere-se à sistemática aplicação dos princípios de aprendizagem e técnicas comportamentais para avaliar e alterar os comportamentos dos indivíduos, como o Ensino por Tentativas Discretas que possibilita a generalização de conceitos e palavras (NASCIMENTO, 2014). A

aprendizagem se dá a partir de campos semânticos, onde as imagens e suas diversas variações são apresentadas por área (flores: orquídea, rosa, lírio etc.).

Neste contexto, destacamos a importância do Plano Educacional Individualizado como instrumento facilitador da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais e que deve ser construído a partir da realidade do aluno, como Nascimento (2014) diz:

(...) O Plano Educacional Individualizado deve estar construído a partir da realidade do aluno. Também o Plano de Leitura e Escrita será indispensável para o processo de alfabetização, nesta etapa. As imagens e fotos são colocadas à direita e o grafema (escrita) à esquerda. A escrita das palavras com representação visual necessita ser de uma das seguintes cores: vermelho, amarelo-fosco ou laranja. O comando deve ser no imperativo, como: pegue, escolha, imite. Todo o material será confeccionado para ser durável, utilizando plastificação nas fotos, imagens e grafia. (NASCIMENTO, 2014)

Desta maneira, acreditamos que o aluno surdo-autista pode se beneficiar deste material, visto que o modelo possui estímulos visuais e o educador deve utilizar a Libras para que identifique os sinais correspondentes as imagens. Outra consideração importante é o ambiente onde será realizada a atividade. Deve ser calmo, sem muitos distratores, a princípio, para que o aluno não perca o foco. Anteceder o que será feito é outro ponto crucial, pois essa atitude é importante para minimizar a ansiedade, podendo ser utilizadas pistas visuais para indicar o que será feito.

Por outro lado, figuras com desenhos de pessoas sinalizando as palavras, junto ao material pode dificultar o entendimento do aprendente, visto que pessoas com TEA tem dificuldade na generalização e muitas informações visuais podem confundir a atividade. Por isso, é necessário sinalizar em Libras, apontando e direcionando o olhar do aluno para a elaboração da atividade.

Procedimento para aplicação do material estruturado

O material estruturado deve ser apresentado por etapas, que só devem ser avançadas após a confirmação de que o aprendente adquiriu as informações necessárias para seguir a diante.

Considerando o interesse restrito por cores e meios de transporte, o aluno será apresentado primeiro às palavras nas respectivas cores, onde fará o pareamento com cartões coloridos cortados do tamanho da forma impressa (imagem 1).

Imagem 1: Folha com os nomes das cores e cartões com as respectivas cores



Fonte: Elaborado pela própria autora, Costa, 2019

Em outras duas folhas as palavras serão impressas em preto, e os cartões coloridos devem ser colocadas nos espaços que correspondem aos nomes das cores (Imagem 2 e Imagem 3). A ordem das palavras deve ser trocada, evitando que o aluno não fique condicionado e repita a mesma posição, assim o educador saberá se o aluno de fato reconhece os nomes das cores.

Imagem 2: Nomes das cores em preto



Imagem 3: Ordem das palavras



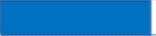
Fonte: Elaborado pela própria autora, Costa, 2019.

Na imagem 4 o aluno irá completar as palavras com as vogais e contará com pistas visuais. Por último, na imagem 5, o aprendiz deverá escrever os nomes das respectivas cores.

Imagem 4: Completar com as vogais

	PR__T__	cores
	V__RD__	
	__Z__L	
	__M__R__L__	
	V__RM__LH__	
	L__R__NJ__	

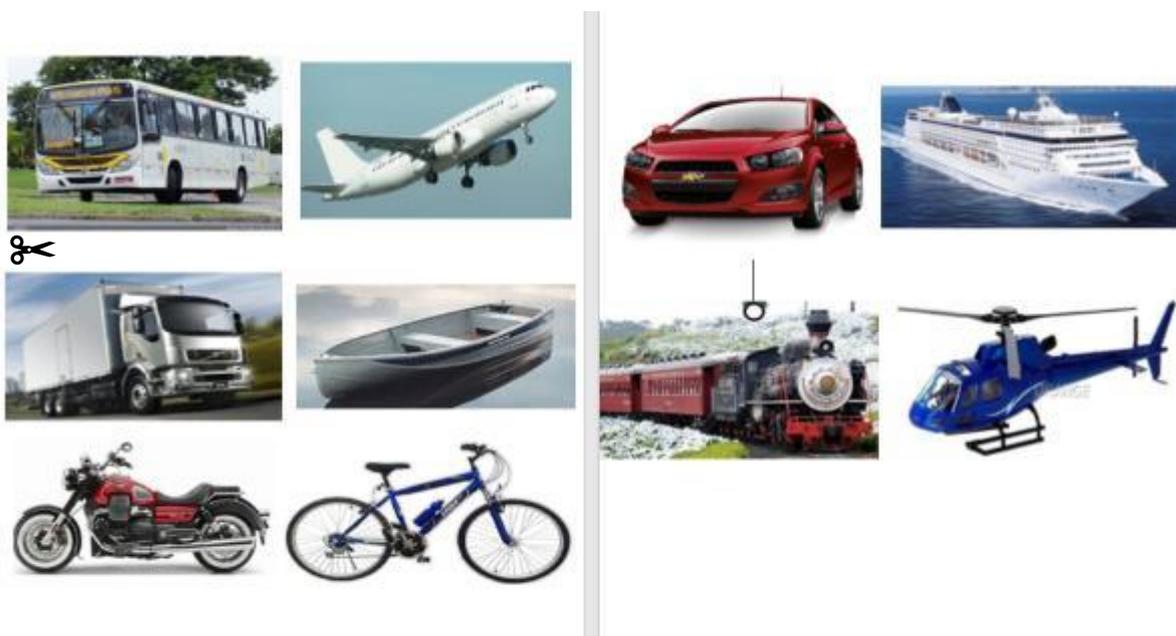
Imagem 5: Escrever os nomes das

	_____
	_____
	_____
	_____
	_____
	_____

Fonte: Elaborado pela própria autora, Costa, 2019

As imagens dos meios de transportes (área de interesse 2, imagem 6 e 7) devem ser impressas em tamanhos visíveis e as palavras correspondentes, em vermelho para ajudar na memorização e o material plastificado para melhor manuseio e durabilidade.

Imagem 6: Meios de transporte



Fonte: Imagens a partir de buscas no navegador da internet Google Chrome

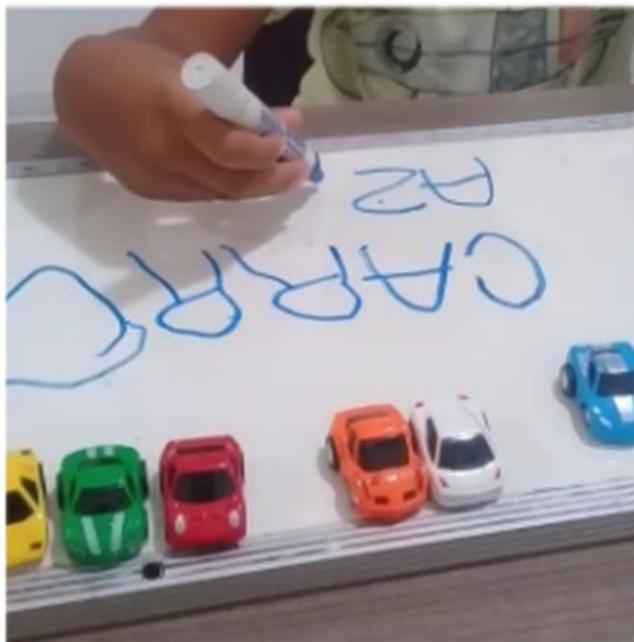
Imagem 7: Palavras impressas na cor vermelha para recortar



Fonte: Elaborado pela própria autora, Dora, 2019

Por fim, deve-se estimular a generalização com objetos concretos que façam o aluno criar hipóteses com o que foi aprendido e a construção, leitura e escrita de frases a partir de imagens (imagens 8 e 9).

Imagem 8: formação de frases (generalização)



Fonte: Costa, 2019 – foto da atividade realizada em atendimento psicopedagógico

Imagem 9: Organização de frases



A	CASA	É	AMARELA
---	------	---	---------



O	GATO	É	PRETO
---	------	---	-------

Fonte: Elaborado pela própria autora, Costa, 2019

Considerações Finais

Existem diversos estudos que visam a disseminação de informações quanto a prática educacional para o aluno surdo, mas são escassos os referenciais teóricos sobre como efetivar a escolarização de alunos surdos-autistas, uma realidade não rara encontrada nas escolas brasileiras.

Desta forma, este documento apontou a necessidade de criar subsídios para melhoria da prática pedagógica, bem como oferecer informações sobre métodos e materiais que estimulem a aprendizagem do aluno surdo-autista baseado em estímulos visuais, ensino por tentativas discretas, no método MAPA e na utilização da Libras como mediadora neste processo.

Assim, partindo do interesse do aluno surdo-autista é possível a elaboração de um plano de alfabetização desse indivíduo considerando aspectos importantes a partir de suas próprias necessidades educacionais individuais.

Referências

BRASIL, MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI N° 9394 de 20 de dezembro de 1996. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.html. < Acesso em 06/05/2020 >

_____. Lei Brasileira de Inclusão. Lei N° 13.146, de 6 de julho de 2015. http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. < Acesso em 06/05/2020 >

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

- FORNAZARI, Bernadete. *O Professor PDE e os desafios da Escola Pública Paranaense*. Curitiba/Paraná: Cadernos PDE: Produção didático pedagógico, Versão Online, vol.II, 2008.
- NASCIMENTO, Gisele Soares Rodrigues. *Método de Alfabetização para Alunos Autistas (Mapa): Alternativa da Clínica-escola do Autista*. CMPDI-UFF. 2016. Disponível em: <http://cmpdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/186/2018/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o-GiseleSoaresRodriguesdoNascimento.pdf>. <Acesso em: 03 de março de 2020. >
- Kelman, Celeste Azulay. *Letramento do aluno surdo: considerações sobre compreensão e escrita em L2*. Rio de Janeiro: Prefeitura Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/69138089/Celeste-Azulay-Kelman-Letramento-do-Aluno-Surdo>>. <Acesso em: 03 de março de 2020. >
- ROCHA, Amanda Santos. *Surdez e Autismo: Um estudo de caso*. Brasília: UnB. 2016. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15509/1/2016_AmandaSantosRocha_tcc.pdf . <Acesso em: 03 de março de 2020. >
- ROCHA, Solange. *O INES e a Educação de Surdos no Brasil. Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro: INES-RJ. 2008.
- SANTOS, Monica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (Orgs.). *Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- SILVA, Milton Francisco; EVARISTO, Marlandes. *Direitos linguísticos e discursos (acerca) da minoria linguística surda no Brasil*. Polifonia, Cuiabá-MT, v. 24, n. 35/2, p. 122-138, jan./jun. 2017
- TEIXEIRA, Gustavo. *Manual do Autismo: Guia dos pais para o tratamento completo*. Rio de Janeiro: BestSeller, 2016.
- WALTER, Cátia C. de Figueiredo; NETTO, Márcia Mirian F. Corrêa; NUNES, Leila Regina d'Oliveira de P. *A comunicação alternativa e a adaptação pedagógica no processo de inclusão de alunos com autismo*. In.: GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. (Orgs.) *Estratégias Educacionais diferenciadas para alunos com necessidades educacionais especiais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- ZANON, Regina Basso; BACKES, Bárbara; BOSA, Cleonice Alves. *Identificação dos Primeiros Sintomas do Autismo pelos Pais*. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Jan-Mar 2014, Vol. 30 n 1, pp 25-33.

Submetido e Aprovado em maio de 2020

Informações do(a)(s) autor(a)(es)

Dora Vieira da Costa

Mestranda em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (CMPDI-UFF), Professora de Educação Especial da FAETEC-RJ, Pós-graduada Psicopedagogia pela Unicarioca, Pós-graduada em Gestão em Novas Tecnologias Aplicadas à Educação pelo IST-RJ (FAETEC), Graduada em Pedagogia Bilingue pelo DESU/INES-RJ. Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores (de) Surdos do INES-RJ.

E-mail: doravcosta@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0341-0112>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2153407166829561>

Viviane de Oliveira Freitas Lione

Professora do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense; Professora da Faculdade de Farmácia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: vivianelione@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4225-698X>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7700565158061560>

ⁱ O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) da *American Psychiatric Association*, é uma classificação de transtornos mentais e critérios associados elaborada para facilitar o estabelecimento de diagnósticos mais confiáveis desses transtornos.

ⁱⁱ Disponível em: <<https://www.inspirados.pelo.autismo.com.br/o-que-e-autismo/> acessado em 05 de agosto de 2018>